

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.006 - SP (2019/0300750-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RUBENS NERES SANTANA
ADVOGADO : RUBENS NERES SANT'ANA - SP057781
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO CESAR PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO CESAR PEREIRA DOS SANTOS, apontado como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e do Júri da Comarca de Marília/SP.

Na inicial, a defesa sintetiza os fatos e suas alegações nos seguintes termos (e-STJ fl. 3):

Paciente denunciado em 09/11/2011 pelo crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, c.c art. 14, inciso II, do Código Penal - Sentença condenatório datada de 25/11/2015, - tentativa de homicídio qualificada, já estava preso - Apelação do Réu - Tribunal de Justiça negou provimento ao apelo, COM DETERMINAÇÃO DE MANTER O ACUSADO NA PRISÃO - NÍTIDA EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA. A defesa manejou embargos de declaração e conseqüentemente Recursos: Especial e Extraordinário. O STJ negou seguimento ao Agravo no R. Especial; Foi manejado então Agravo contra a decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário. Enquanto o Agravo está sendo processado, o Paciente interpôs em Primeiro Grau Embargos de Declaração na forma do art. 494 e seguintes, do NCPC, que diz que os Embargos de Declaração para correção de erro de calculo ou erro material, podem ser interpostos a qualquer tempo, até mesmo depois de transitada em julgado a sentença; Porem, o juízo "a quo" rejeitou os Embargos de Declaração - NÍTIDO CONSTRANGIMENTO ILEGAL

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, o seguinte (e-STJ fls. 16 e 17):

a) - A concessão da LIMINAR para suspender os efeitos da decisão que rejeitou os embargos de declaração em 1º grau que

Superior Tribunal de Justiça

perfeitamente cabível como demonstrado, e que certamente reduziria a pena do paciente à patamares condizente com a prática do crime de tentativa de homicídio.

b) - Subsidiariamente, requer seja revogada a prisão preventiva, aplicando-se o disposto no artigo 316 do Código de Processo Penal, que reza: "O Juiz poderá revogar a prisão preventiva se no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la se sobrevier razões que a justifiquem.

c) - Por fim, requer a concessão da ordem em definitivo, a fim de que seja cassado o ato de autoridade coatora que rejeitou os embargos de declaração em desfavor do paciente.

É o relatório, **decido**.

A presente impetração não pode prosperar.

Isso porque a inicial não faz qualquer menção à eventual decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, inclusive aponta o Juízo de primeiro grau como autoridade coatora – o Juízo singular da 1ª Vara Criminal e do Júri da Comarca de Marília/SP, o que evidencia a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar originariamente a causa, nos termos do art. 105, II, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUTORIDADE COATORA. JUIZ DE DIREITO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Este Superior Tribunal de Justiça não tem competência para apreciar Habeas Corpus impetrado contra ato de Juiz de Direito.

2. Parecer pelo não conhecimento do Habeas Corpus ou, alternativamente, que seja julgado prejudicado.

3. Writ não conhecido. (HC 84.947/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2008, DJe 31/03/2008)

Superior Tribunal de Justiça

CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ATO DE JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I. Evidenciado que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa volta-se contra ato de Juiz de 1º grau de jurisdição, o qual ainda não foi apreciado pela Corte Estadual, sobressai a incompetência desta Corte para o exame da matéria, sob pena de indevida supressão de instância.

II. Ordem não conhecida, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Paraná. (HC 70.115/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 19/03/2007, p. 378)

Ademais, de acordo com o sistema de informações do Superior Tribunal de Justiça, todas as questões acerca da ação penal originária, levantadas pela defesa no Recurso Especial n. 1.300.990/SP, já foram devidamente examinadas, inclusive certificado o trânsito em julgado, estando, portanto, exaurida a jurisdição desta Corte.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator